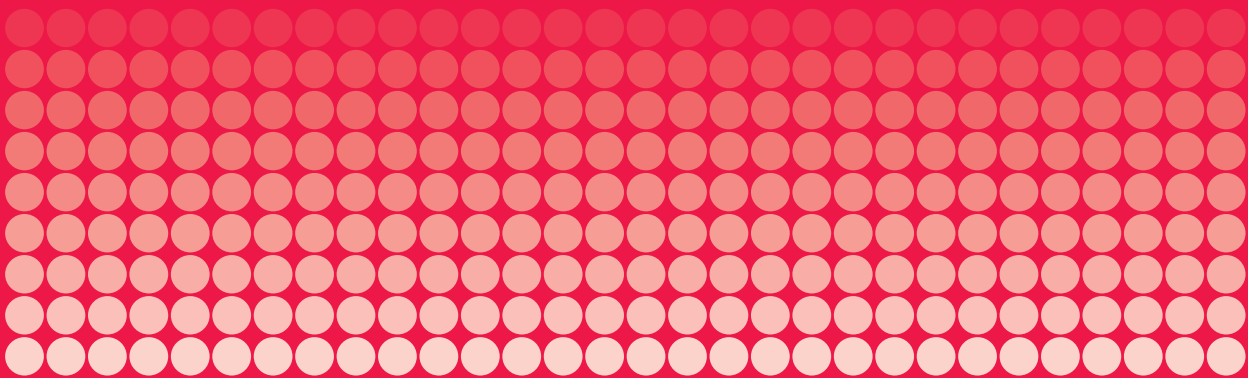


SIPRI YEARBOOK 2026

**Armaments,
Disarmament and
International
Security**

Resumo



**STOCKHOLM INTERNATIONAL
PEACE RESEARCH INSTITUTE**

O SIPRI é um instituto internacional independente dedicado à pesquisa sobre conflitos, armamentos, controle de armas e desarmamento. Fundado em 1966, o SIPRI fornece dados, análises e recomendações, com base em fontes abertas, a formuladores de políticas, pesquisadores, mídia e ao público interessado.

O ANUÁRIO DO SIPRI

O *SIPRI Yearbook 2026* apresenta uma combinação de dados originais em áreas como gastos militares mundiais, transferências internacionais de armas, produção de armas, forças nucleares, conflitos armados e operações multilaterais de paz, juntamente com análises de ponta de aspectos importantes do controle de armas, da paz e da segurança internacional.

Este livreto resume o conteúdo do *SIPRI Yearbook 2026* e fornece exemplos dos dados e das análises que ele contém. Esta é uma tradução da publicação original em língua inglesa e, portanto, pode diferir ligeiramente do original. Em caso de discrepância, a versão em inglês prevalece.

SUMÁRIO

Parte I. Segurança internacional e conflitos armados, 2025

1. Reflexões sobre os desafios da ruptura sistêmica e o futuro da pesquisa sobre a paz	1
2. Tendências globais em conflitos armados	2
3. Segurança regional e dinâmica de conflitos	3
4. Processos de paz e operações de paz multilaterais	4

Parte II. Gastos militares e armamentos, 2025

5. Gastos militares	6
6. Produção de armas e serviços militares	7
7. Transferências internacionais de armas	8
8. Forças nucleares mundiais	10
9. Proliferação e uso de mísseis e veículos aéreos não tripulados armados	12

Parte III. Não proliferação, controle de armas e desarmamento, 2025

10. Desarmamento nuclear, controle de armas, não proliferação e segurança	13
11. Armas químicas e ameaças de segurança	14
12. Armas biológicas e ameaças à segurança sanitária	15
13. Controle de armas convencionais e a regulação de armas desumanas	16
14. A Inteligência artificial e a paz e a segurança internacional	17
15. Tecnologias cibernéticas e digitais: tendências, incidentes e governança	18
16. Governança da segurança espacial	19
17. Controle de bens de uso dual e do comércio de armas	20
Anexos	22



1. REFLEXÕES SOBRE OS DESAFIOS DA RUPTURA SISTÊMICA E O FUTURO DA PESQUISA SOBRE A PAZ

KARIM HAGGAG, DIRETOR DO SIPRI

Esta edição do *SIPRI Yearbook* coincide com o 60º aniversário da fundação do Instituto. Tendo experienciado e respondido a seis décadas de mudanças tumultuadas, uma nova era de disrupção sistêmica na segurança global traz novos desafios de pesquisa. Este esforço deve agora abordar um conjunto de questões altamente complexas que incluem compreender as fontes da disrupção atual; mitigar as crescentes inseguranças geopolíticas e humanas decorrentes desta condição; e formular alternativas para construir novas estruturas para a paz, estabilidade e segurança.

O novo cenário estratégico

A década mais recente alterou fundamentalmente o ambiente estratégico. A característica distintiva desta fase atual de competição entre grandes potências relaciona-se a dois direcionadores centrais: o ressurgimento da guerra interestatal em larga escala entre Estados tecnologicamente avançados e a erosão das estruturas de alianças dos Estados Unidos. A anexação da Crimeia pela Rússia e a invasão da Ucrânia marcaram o retorno de uma divisão Leste-Oeste na Europa e o colapso das esperanças de integrar a Rússia em uma ordem de segurança europeia pós-Guerra Fria. Ao mesmo tempo, a ascensão da China e sua intensificada rivalidade com os EUA transformaram o equilíbrio global de poder. Além disso, as três fundações da ordem nuclear global sofreram erosão: a estrutura de controle de armas nucleares estratégicas colapsou; o regime global de não proliferação está sob pressão; e os compromissos de deterência estendida dos EUA estão diminuindo em credibilidade. A erosão dessas fundações está sendo exacerbada por tecnologias militares disruptivas emergentes e pela competição coercitiva entre grandes Estados.

Aumento das ameaças à segurança humana

Ao longo das duas últimas décadas, tem havido uma mudança gradual, afastando-se do paradigma liberal de pacificação que anteriormente dominava os esforços de resolução de conflitos em direção a uma abordagem mais transacional e baseada no poder. Isso foi caracterizado pela “diplomacia da paz” dos EUA sob a segunda administração de Donald J. Trump em 2025. O recuo das estruturas multilaterais de paz, a severa erosão das várias restrições ao uso da força e o aumento resultante das ameaças à segurança humana relacionadas a conflitos estão convergindo para constituir uma crise múltipla e interligada.

Uma agenda renovada de pesquisa sobre a paz

Uma agenda futura de pesquisa para a paz poderia estar centrada em quatro amplas questões temáticas: estabilizar a competição entre as grandes potências; desenvolver novas estruturas de controle de armas adequadas às tecnologias emergentes e à fragmentação geopolítica; compreender e abordar os impulsionadores da insegurança humana nos conflitos; e antecipar as implicações dos campos de batalha futuros e das novas tecnologias militares.

A pesquisa para a paz precisará evitar ser arrastada para direções limitantes: no sentido de servir a agendas estreitas de segurança nacional, de ser absorvida pela pesquisa de defesa ou de abandonar a segurança humana em favor apenas da “segurança tradicional” (*“hard security”*). A pesquisa para a paz precisa ser preservada como um campo independente e holístico, cujo propósito não é apenas estudar o conflito, mas ajudar a estabilizar relações adversariais e, em última análise, apoiar formas mais duradouras de paz. ●



2. TENDÊNCIAS GLOBAIS
EM CONFLITOS ARMADOS

Em 2025, o panorama global dos conflitos armados manteve a forma que havia assumido em 2024, com violência de grande escala e sustentada em múltiplas regiões. O número de locais de conflito armado caiu ligeiramente, de 50 Estados em 2024 para 49 em 2025. A maior parte dos combates nesses Estados continuou sendo interna, envolvendo forças do governo e grupos armados não estatais, em vez de ocorrer contra outro Estado. No entanto, o número de conflitos armados interestatais dobrou, passando de três em 2024 para seis em 2025, e envolveu pelo menos 13 Estados: Afeganistão–Paquistão; Camboja–Tailândia; Índia–Paquistão; Irã–Israel/Estados Unidos; Rússia/Coreia do Norte–Ucrânia; e República Democrática do Congo–Ruanda. A guerra em Gaza caiu em uma espécie de zona cinzenta, pois pode ser classificada como parte do conflito palestino mais amplo entre um Estado (Israel) e um ator que aspira à condição de Estado.

O número total estimado de mortes relacionadas a conflitos diminuiu ligeiramente (em 4,2 por cento) de 249.000 em 2024 para 238.000 em 2025, mas ainda foi superior ao registrado em qualquer outro ano do período de 2018–25 (período para o qual há dados consistentes disponíveis). Houve cinco grandes conflitos armados em 2025 (isto é, envolvendo mais de 10.000 mortes relacionadas a conflitos), um a mais do que em 2024. O número de conflitos de alta intensidade (isto é, envolvendo entre 1.000 e 9.999 mortes relacionadas a conflitos) diminuiu de 23 em 2024 para 20 em 2025.

Armas de ataque de precisão, seleção de alvos auxiliada por inteligência artificial, sistemas de armas autônomos, enxames de veículos aéreos não tripulados (VANTs, ou drones) e operações cibernéticas estão agora sendo utilizados rotineiramente em conflitos armados, levantando muitas questões éticas e jurídicas, especialmente no que diz respeito à supervisão humana. As violações do direito

PRINCIPAIS CONFLITOS ARMADOS
E ESTIMATIVA DE FATALIDADES
RELACIONADAS A CONFLITOS, 2025

Localização	Estimativa de fatalidades relacionadas a conflitos	
	2025	Variação (%), 2024–25
Ucrânia	78 350 ^a	6
Sudão	18 447	11
Israel–Palestina	16 933	–44
Mianmar	15 468	–23
Nigéria	12 096	22

Nota: Baseado em dados do projeto Dados sobre Localização e Eventos de Conflitos Armados (*Armed Conflict Location and Event Data* – ACLED). Outras fontes públicas sugerem taxas de fatalidade mais altas em alguns casos. Os principais conflitos armados envolvem mais de 10 000 fatalidades relacionadas a conflitos.

^a As fatalidades estimadas na Ucrânia incluem fatalidades de russos e norte-coreanos lutando lá. De acordo com dados do ACLED, houve outras 1856 fatalidades relacionadas a conflitos na Rússia em 2025.

internacional humanitário estão aumentando, com relatos de recrutamento de crianças-soldado, violência sexual, táticas de privação de alimentos e ataques a serviços de saúde, apresentando um aumento preocupante nos métodos de guerra proibidos. O deslocamento forçado também continua sendo um grande desafio humanitário. Em meados de 2025, cerca de 117,3 milhões de pessoas estavam deslocadas, refletindo o custo humano dos conflitos.

As tendências globais nos conflitos armados observadas em 2025 sugerem que a norma contra a conquista territorial está sob forte pressão, com anexações e ocupações na Ucrânia, no Oriente Médio, no Mar do Sul da China e em outros lugares testando o princípio pós-Segunda Guerra Mundial de que territórios não podem ser adquiridos pela força. Se não for contida, a erosão da proibição do uso da força fará com que a geopolítica retorne a uma disputa direta pelo poder militar. ●



3. SEGURANÇA REGIONAL E DINÂMICA DE CONFLITOS

A segurança regional e as dinâmicas de conflito são definidas por uma mistura complexa de ameaças e desafios à segurança estatal e humana. Em todas as principais regiões do mundo em 2025, houve um padrão de escalada de conflitos armados, competição entre grandes potências, fragmentação da ordem mundial e insegurança impulsionada pelas mudanças climáticas.

As Américas

Entre as principais tendências de segurança humana e estatal nas Américas observadas em 2025 estavam a tentativa dos Estados Unidos de reafirmar sua hegemonia regional em meio à competição entre grandes potências com a China na região. Isso envolveu o aumento da pressão econômica e política em toda a região das Américas e a intervenção militar na Venezuela. Outra tendência notável foi a de que grupos criminosos continuaram a desafiar o monopólio estatal sobre a violência e o controle do território em vários países da região.

Ásia e Oceania

Em 2025, o diversificado panorama de segurança na Ásia e na Oceania continuou marcado pela intensificação da competição estratégica entre a China e os Estados Unidos. Outras tendências na região incluíram o contínuo aumento dos arsenais em muitos Estados e uma ampla instabilidade interna, frequentemente resultando em erosão democrática ou volatilidade política. Vários pontos críticos regionais permaneceram sob risco de escalada para grandes conflitos armados interestatais; por exemplo, uma crise militar excepcionalmente grave eclodiu entre a Índia e o Paquistão em maio de 2025.

Europa

O panorama de segurança na Europa em 2025 foi moldado principalmente pela conti-

nuidade da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, o que fez da região aquela com o maior número de mortes relacionadas a conflitos. Em muitos países europeus, a guerra levou a uma reorientação das prioridades estatais para o poder militar, resultando em aumentos acentuados nos gastos militares, e ampliou a fragmentação política e a competição entre grandes potências.

O Oriente Médio e África do Norte

O Oriente Médio e o Norte da África constituem uma região caracterizada por uma instabilidade profundamente enraizada. Em 2025, a região abrigava aproximadamente um quinto das pessoas deslocadas à força em todo o mundo e enfrentava grave insegurança alimentar e hídrica. Embora um cessar-fogo formal, que entrou em vigor em outubro, tenha interrompido as ofensivas militares de grande escala na guerra em Gaza, as violações subsequentes foram frequentes e graves. A guerra resultou em graves violações do direito internacional e em uma catástrofe humanitária, com 90% da população de Gaza deslocada e o número total de mortes de palestinos reportadas ultrapassando 71.000 até o final de 2025. As rivalidades entre Irã e Israel e entre Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos também alimentaram a instabilidade regional e os conflitos armados ao longo do ano.

África Subsaariana

A África Subsaariana continua a enfrentar uma complexa rede de desafios interconectados de segurança humana e estatal. Entre eles estão a pobreza extrema, os conflitos armados, as ameaças terroristas, a vulnerabilidade às mudanças climáticas, a fragilidade da governança e a intensa competição geopolítica, à medida que Estados de fora da região disputam influência e recursos. A África Subsaariana abrigava mais de 45% do total mundial de pessoas deslocadas internamente em 2025, e estima-se que 167 milhões de africanos enfrentaram insegurança alimentar aguda, um recorde histórico. ●



4. PROCESSOS DE PAZ E OPERAÇÕES DE PAZ MULTILATERAIS

Os processos de paz tornaram-se mais fragmentados, transacionais e coercitivos em 2025. Houve menos ênfase em acordos abrangentes e inclusivos e mais em acordos rápidos, cessar-fogo e negociações conduzidas por líderes. Essa abordagem alcançou alguns acordos preliminares, mas estes foram frequentemente frágeis, contestados ou incompletos, e priorizaram interesses econômicos e estratégicos em detrimento de uma reconciliação duradoura.

As crescentes rivalidades geopolíticas tiveram um enorme impacto nas operações multilaterais de paz nos últimos anos. Os Estados Unidos não estão mais dispostos a sustentar o sistema multilateral e, em 2025, tomaram medidas significativas para se retirar, cortar o financiamento e questionar a eficácia de vários órgãos das Nações Unidas. A China e a União Europeia não estão dispostas ou não são capazes de substituir os EUA nesse papel. Nesse contexto de inação multilateral, potências médias (incluindo o Brasil,

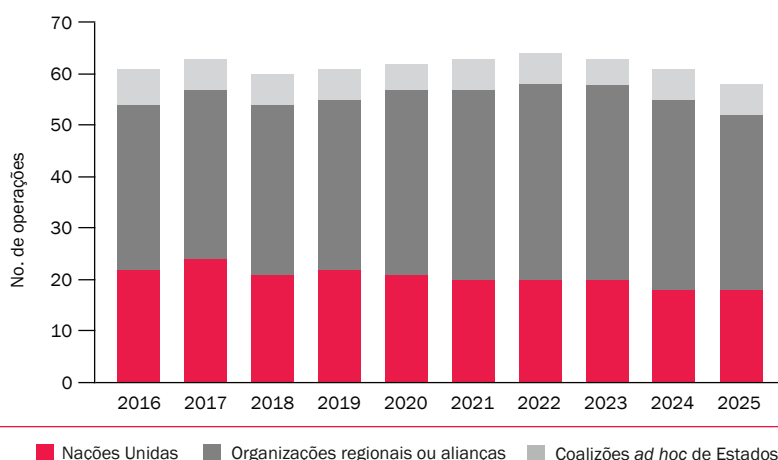
Catar, Arábia Saudita, Turquia e Emirados Árabes Unidos) ganharam maior espaço de manobra para substituir ou complementar os mecanismos multilaterais de segurança, ao mesmo tempo em que promovem ativamente seus próprios interesses nacionais.

Processos de paz em 2025

Houve avanços parciais e acordos em alguns dos principais conflitos ou conflitos de longa duração durante 2025, incluindo Armênia–Azerbaijão, República Democrática do Congo–Ruanda, Quirguistão–Tajiquistão e a guerra em Gaza. No entanto, lacunas na implementação e a retomada da violência continuam sendo riscos importantes.

Em 2025, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou o estabelecimento do *Board of Peace*, proposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald J. Trump, como um novo órgão internacional de transição para supervisionar a governança em Gaza. No entanto, a Carta fundadora do conselho contém objetivos muito mais ambiciosos que potencialmente competem com os das Nações Unidas.

OPERAÇÕES MULTILATERAIS DE PAZ, PELA ORGANIZAÇÃO CONDUTORA, 2016–25



NÚMERO DE PESSOAL INTERNACIONAL EM OPERAÇÕES MULTILATERAIS DE PAZ, POR REGIÃO, 2016-25					
	África Sub-Saariana	Oriente Médio e Norte da África	Europa	Américas	Ásia e Oceania
2016	110 181	14 351	8 832	5 464	13 975
2017	107 189	14 949	8 649	1 606	15 467
2018	103 528	14 408	8 126	1 433	17 296
2019	97 519	15 082	7 819	275	17 086
2020	94 201	14 615	8 063	304	9 941
2021	88 823	14 289	8 108	301	337
2022	92 594	14 206	7 567	306	311
2023	76 372	14 283	9 215	377	321
2024	69 913	14 498	8 898	828	314
2025	55 229	12 005	9 755	1 336	308

Operações multilaterais de paz

As operações multilaterais de paz enfrentaram pressão política e financeira em 2025, bem como um declínio do consenso e a retirada de missões, sinalizando perspectivas desafiadoras para a construção da paz tradicional. Havia 58 operações de paz ativas em 2025, três a menos que no ano anterior, o que significa que o número caiu abaixo de 60 pela primeira vez desde 2016. Duas tiveram início durante 2025: a Missão de Apoio e Estabilização da União Africana (UA) na Somália (AUSSOM), que sucedeu à Missão de Transição da UA na Somália (ATMIS); e a Força de Supressão de Gangues (GSF) no Haiti. Quatro haviam sido encerradas até o final do ano: a Missão Multinacional de Apoio à Segurança no Haiti (MSS); o Representante Pessoal do Presidente em Exercício da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) para o Conflito Objeto da Conferência de Minsk da OSCE (PRCIO); a Missão da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) na República Democrática do Congo (SAMI-DRC); e a Missão de Assistência das Nações Unidas no Iraque (UNAMI).

O número de pessoal destacado para operações multilaterais de paz em todo o mundo caiu quase 49% durante a última década, passando de 152.803 em dezembro de 2016 para 78.633 em dezembro de 2025. A redução geral, de um ano para o outro, de 15.818 integrantes em 2025 pode ser atribuída principalmente às reduções na África Subsaariana, onde estava desdobrado o maior contingente de pessoal das operações de paz.

Na última década, o orçamento de manutenção da paz da ONU diminuiu (em termos nominais) de cerca de US\$ 7,9 bilhões para pouco menos de US\$ 5,4 bilhões, mas a organização continuou sendo a principal responsável pela realização de operações multilaterais de paz em 2025. A ONU foi responsável por 18 operações e por 67% de todo o pessoal destacado em dezembro de 2025. No entanto, a maioria das operações de paz foi realizada por organizações ou alianças regionais, que conduziram 34 operações multilaterais de paz em 2025 (3 a menos que em 2024). Coalizões *ad hoc* de Estados conduziram 6 operações multilaterais de paz em 2025, o mesmo número registrado em 2024. ●



5. GASTO MILITAR

Os gastos militares globais estimados aumentaram pelo 11º ano consecutivo em 2025, atingindo US\$ 2,9 trilhões, ou 2,5 por cento do produto interno bruto (PIB) mundial, elevando os gastos mundiais ao nível mais alto registrado pelo SIPRI. O ritmo mais lento de aumento em 2025 (+2,9 por cento em termos reais, em comparação com +9,7 por cento em 2024) resultou em grande parte de uma mudança de política dos Estados Unidos para reduzir seus gastos com ajuda militar. A maior parte do restante do mundo continuou aumentando os gastos militares a um ritmo rápido.

Em 2025, os gastos militares regionais totais aumentaram na África (+8,5 por cento para US\$ 58,2 bilhões), Ásia e Oceania (+8,1 por cento para US\$ 681 bilhões) e Europa (+14 por cento para US\$ 864 bilhões), mas caíram nas Américas (-6,6 por cento para US\$ 1065 bilhões) e permaneceram amplamente inalterados no Oriente Médio (US\$ 218 bilhões). Os gastos aumentaram em todas as regiões ao longo da década de 2016–25. O fardo militar médio na Europa continuou a subir, de 2,8 por cento em 2024 para 3,2 por cento em 2025, mais que o dobro do nível de 2016.

Os EUA permaneceram de longe o maior gastador militar do mundo; suas despesas de US\$ 954 bilhões em 2025 (7,5% menores que em 2024) representaram 33 por cento do gasto global total. A China, o segundo maior gastador militar (US\$ 336 bilhões), representou 12 por cento do total mundial, enquanto a Rússia, o terceiro maior gastador (US\$ 190 bilhões), representou 6,6 por cento.

Tomados em conjunto, os 15 maiores gastadores militares representaram 80% dos gastos militares do mundo em 2025 (US\$ 2304 bilhões). Muitos dos 15 maiores gastadores militares estavam envolvidos (direta ou indiretamente) nas guerras em

OS 15 MAIORES GASTOS MILITARES, 2025

País	Gastos (US\$ b.)	Variações (%), 2024–25
1 Estados Unidos	954	-7,5
2 China	[336]	7,4
3 Rússia	[190]	5,9
4 Alemanha	114	24
5 Índia	92,1	8,9
6 Reino Unido	89,0	-2,0
7 Ucrânia	[84,1]	20
8 Arábia Saudita	[83,2]	1,4
9 França	68,0	1,5
10 Japão	62,2	9,7
11 Israel	48,3	-4,9
12 Itália	48,1	20
13 Coreia do Sul	47,8	2,6
14 Polônia	46,8	23
15 Espanha	40,2	50
Subtotal dos 15	2 304	..
Mundo	2 887	2,9

.. = dados não disponíveis ou não aplicáveis;
[] = valor estimado.

Nota: Os valores dos gastos são expressos em bilhões de dólares americanos, a preços e taxas de câmbio correntes (2025). As variações são apresentadas em termos reais, com base em dólares americanos constantes (2024).

Gaza e na Ucrânia em 2025, incluindo Israel, Rússia e Ucrânia, bem como os EUA e vários outros membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Com gastos militares equivalentes a 40% do seu PIB, a Ucrânia permaneceu o país com o maior fardo militar do mundo em 2025. O fardo militar da Rússia foi de 7,5% em 2025.

Em junho de 2025, os membros da OTAN concordaram com uma nova meta de gastos militares de 5,0% do PIB a ser atingida até 2035, elevando significativamente o parâmetro anterior de 2,0% acordado em 2014. Em setembro de 2025, o secretário-geral da ONU, António Guterres, lançou *A Segurança de que Precisamos*, um relatório marcante pedindo um reequilíbrio dos gastos militares no interesse do desenvolvimento sustentável. ●



6. PRODUÇÃO DE ARMAS E SERVIÇOS MILITARES

Os Top 100 do SIPRI

As receitas combinadas de armas das 100 maiores empresas produtoras de armas e serviços militares (o Top 100 do SIPRI) totalizaram US\$ 679 bilhões em 2024 (o ano mais recente para o qual há dados disponíveis). Isso foi 5,9% superior a 2023. O aumento reflete a demanda por equipamentos e serviços militares impulsionada por crescentes preocupações de segurança global, conflitos em andamento e orçamentos militares em ascensão. Setenta e sete das empresas no Top 100 aumentaram suas receitas de armas em 2024, incluindo 42 que relataram um crescimento percentual de pelo menos dois dígitos. Dada a persistência da demanda e o tamanho das carteiras de pedidos pendentes das empresas, é provável que haja novos aumentos nas receitas globais de armas nos próximos anos.

Os Estados Unidos continuaram a dominar o ranking com 39 empresas no Top 100 de 2024, com receitas totais de armas de US\$ 334 bilhões (3,8% a mais do que em 2023). A China ficou em segundo lugar com 8 empresas no ranking, com receitas combinadas de armas de US\$ 88,3 bilhões (10% a menos do que em 2023). Devido à falta de dados disponíveis, apenas 2 empresas russas foram incluídas no Top 100 de 2024. Suas receitas combinadas de armas de US\$ 31,2 bilhões foram 23% superiores às de 2023.

“Armamentização” da cadeia de suprimentos

A capacidade industrial para atender à crescente demanda por sistemas de armas avançados está sendo prejudicada pelas mesmas tensões geopolíticas que impulsionam essa demanda. A globalização trouxe consigo cadeias de suprimentos internacionais e complexas e materiais e componentes críticos

AS 10 MAIORES EMPRESAS PRODUTORAS DE ARMAS E DE SERVIÇOS MILITARES DO MUNDO, POR RECEITAS PROVENIENTES DE ARMAMENTOS, 2024

Empresa	País	Receitas (US\$ m.)
1 Lockheed Martin	EUA	64 650
2 RTX	EUA	43 600
3 Northrop Grumman	EUA	37 850
4 BAE Systems	RU	33 790
5 General Dynamics	EUA	33 630
6 Boeing	EUA	30 550
7 Rostec	Rússia	27 120
8 AVIC	China	20 320
9 CETC	China	18 920
10 L3Harris Technologies	EUA	16 210

RU = Reino Unido.

Nota: As receitas de armas estão em milhões de dólares dos EUA, a preços e taxas de câmbio constantes (2024).

‘País’ refere-se ao país no qual as estruturas de propriedade e controle da empresa estão localizadas, ou seja, a localização da sede da empresa.

cos mais baratos. Embora cadeias de suprimentos globais concentradas possam maximizar a relação custo-benefício, elas também podem criar vulnerabilidades em pontos de estrangulamento. Desde 2020, por exemplo, a China tem restringido de forma constante as exportações de materiais críticos e várias das maiores empresas de armas do mundo citaram tais restrições como um risco significativo para suas operações.

Para minimizar sua dependência de fontes atuais, Estados e empresas optaram por diversificar seus fornecedores, focando em estratégias para reconfigurar as cadeias de suprimentos globais para aumentar a resiliência, reduzir riscos e se alinhar com aliados políticos ou econômicos. No entanto, a transição para uma maior autarquia é um esforço de longo prazo, e a incapacidade de aproveitar economias de escala resulta em armas mais caras e menor poder de compra para os orçamentos de aquisições militares. ●



7. TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS DE ARMAS

O volume de transferências internacionais de armas pesadas no período de cinco anos de 2021–25 foi o mais alto desde o fim da guerra fria, tendo subido 9,2% em comparação com 2016–20. Há fortes indicações de que a demanda por armas pesadas está crescendo, o que provavelmente levará a novos aumentos nos fluxos globais de armas nos próximos anos.

Conflitos, tensões e transferências de armas

Conflitos armados e tensões geopolíticas são os principais fatores impulsionadores da aquisição de armamentos para muitos Estados. A maioria dos maiores destinatários mundiais de armas pesadas no período de 2021–25 utilizou armamentos importados em operações militares de combate naquele período. Os Estados exportadores de armamentos são frequentemente afetados direta ou indiretamente pelos conflitos ou tensões que impulsionam a demanda nos Estados importadores, o que explica, em parte, por que estão dispostos a fornecer armamentos, mesmo

quando isso parece contradizer suas políticas declaradas de exportação de armamentos.

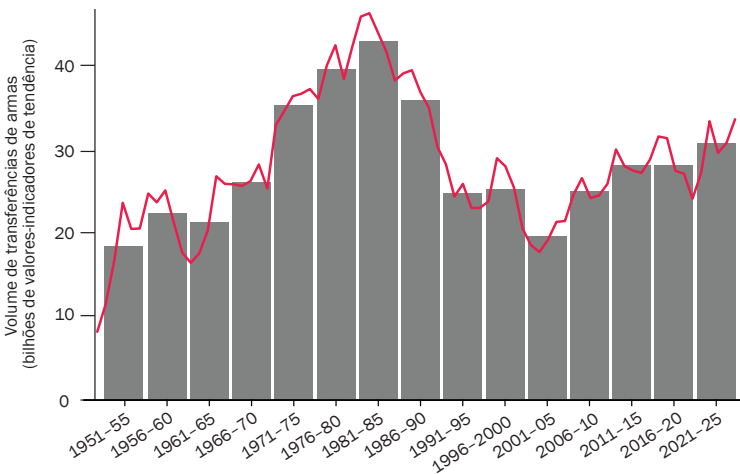
Durante 2021–25, Israel esteve envolvido em uma guerra com múltiplas frentes decorrente de sua ofensiva militar em larga escala em Gaza, iniciada em outubro de 2023. Israel continuou a receber armas pesadas de Estados fornecedores ao longo do período, apesar das crescentes preocupações em alguns Estados quanto ao elevado número de mortes de civis em Gaza e às violações do direito internacional por parte de Israel. Os Estados Unidos foram o maior fornecedor de Israel em 2021–25 (respondendo por 68% das importações de armamentos de Israel), seguidos pela Alemanha (31%).

Fornecedores de armas pesadas

O SIPRI identificou 66 Estados como fornecedores de armas pesadas em 2021–25, mas a maioria era composta por exportadores de menor porte. Os 25 maiores fornecedores responderam por 98% do volume total das exportações, e os 5 principais (Estados Unidos, França, Rússia, Alemanha e China) responderam por 70%.

As exportações de armamentos dos Estados Unidos cresceram 27% entre 2016–20 e

A TENDÊNCIA NAS TRANSFERÊNCIAS DE ARMAS PESADAS, 1950–2025



Nota: O gráfico de barras mostra o volume médio anual de transferências de armas para períodos de 5 anos e o gráfico de linhas mostra os totais anuais desde 1950.



OS PRINCIPAIS FORNECEDORES E DESTINATÁRIOS DE ARMAS PESADAS, 2021–25

Forne- cedor	Exportações: Percentual global (%)	Destin- atário	Importações: Percentual global (%)
1 EUA	42	1 Ucrânia	9,7
2 França	9,8	2 Índia	8,2
3 Rússia	6,8	3 Arábia Saudita	6,8
4 Alemanha	5,7	4 Catar	6,4
5 China	5,6	5 Paquistão	4,2
6 Itália	5,1	6 Japão	3,9
7 Israel	4,4	7 Polônia	3,6
8 Reino Unido	3,4	8 EUA	2,9
9 Coreia do Sul	3,0	9 Kuwait	2,8
10 Espanha	2,3	10 Austrália	2,8

2021–25, aumentando sua participação nas exportações globais de armamentos de 36% para 42%. Os planos conhecidos para futuras entregas indicam fortemente que os Estados Unidos permanecerão, de longe, como o maior exportador mundial de armamentos, uma posição que gera preocupações de dependência para alguns de seus principais clientes e aliados. Em contraste, as exportações de armamentos da Rússia caíram mais que pela metade entre 2016–20 e 2021–25 (–64%), resultando em uma participação global de 6,8%, um nível muito abaixo de qualquer período anterior de cinco anos em sua história ou de qualquer período anterior de cinco anos desde 1950 para sua predecessora, a União Soviética.

Tomadas em conjunto, as exportações de armamentos dos 27 atuais Estados-membros da União Europeia aumentaram 36% entre 2016–20 e 2021–25. Elas responderam por 28% do total das exportações globais de armamentos em 2021–25, o que correspondia a dois terços do volume das exportações de armamentos dos Estados Unidos no mesmo período, mas era quatro vezes maior que o volume de exportações da Rússia e cinco vezes maior que o da China. As exportações de armamentos da França aumentaram 21% entre 2016–20 e 2021–25 e responderam por 9,8% do total global, enquanto as exportações de armamentos da Alemanha

IMPORTAÇÕES DE ARMAS PESADAS, POR REGIÃO

Região recipiente	Percentual global (%), 2021–25	Alteração (%) em volume de importações de 2016–20 a 2021–25
África	4,3	–41
Américas	5,6	12
Ásia e Oceania	31	–20
Europa	33	210
Oriente Médio	26	–13

aumentaram 15%, correspondendo a uma participação de 5,7%.

Destinatários de armas pesadas

O SIPRI identificou 162 Estados como destinatários de armas pesadas em 2021–25. Os cinco maiores destinatários foram Ucrânia, Índia, Arábia Saudita, Catar e Paquistão, que, juntos, responderam por 35% do total das importações de armamentos no período. As importações de armamentos da Ucrânia foram cerca de 100 vezes maiores em 2021–25 do que em 2016–20, e o país tornou-se o maior destinatário mundial de armamentos, com pelo menos 36 Estados fornecendo armas pesadas, principalmente como ajuda. As importações de armamentos pela China caíram 72% entre 2016–20 e 2021–25, à medida que o país continuou a expandir suas capacidades domésticas de desenvolvimento e produção de armas pesadas.

As importações de armamentos pelos Estados da Europa mais que triplicaram entre 2016–20 e 2021–25 (+210%), atingindo um nível muito superior ao de qualquer momento desde o fim da Guerra Fria e tornando a Europa a maior região importadora pela primeira vez desde a década de 1960. As importações de armamentos pelos Estados das Américas também aumentaram (+12%), enquanto as importações pelos Estados da África (–41%), da Ásia e Oceania (–20%) e do Oriente Médio (–13%) diminuiram. ●



8. FORÇAS NUCLEARES MUNDIAIS

No início de 2026, nove Estados (Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França, China, Índia, Paquistão, Coreia do Norte e Israel) possuíam, juntos, aproximadamente 12.187 armas nucleares, das quais 9.745 estavam em estoques militares e eram consideradas potencialmente disponíveis para uso operacional. Estima-se que 4.012 dessas ogivas estocadas estivessem implantadas junto a forças operacionais, sendo que pouco mais da metade delas se acredita estar mantida em estado de alto alerta operacional em mísseis balísticos (2.100–2.200 ogivas).

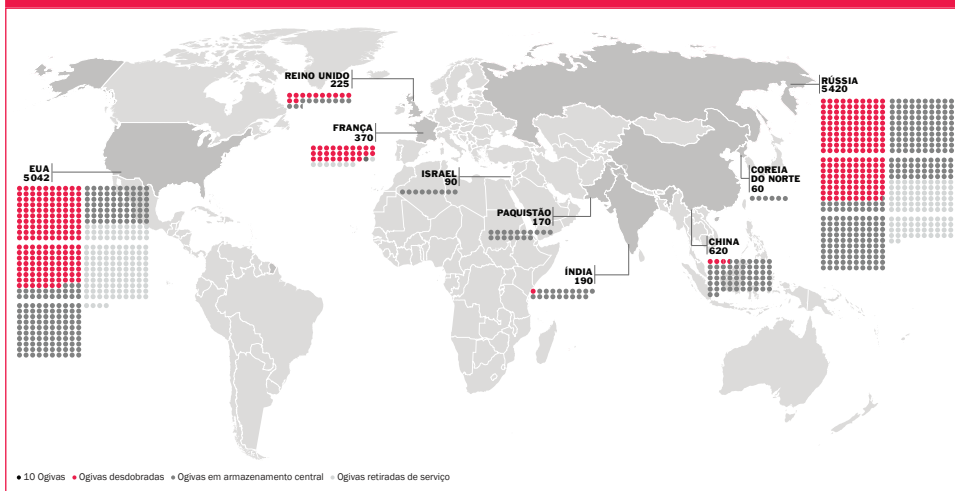
De modo geral, o número de ogivas nucleares no mundo continua a diminuir, mas isso se deve apenas aos Estados Unidos e à Rússia desmantelarem ogivas retiradas de serviço. Notavelmente, o número de ogivas desmanteladas anualmente parece estar diminuindo, e é provável que o ritmo de desmantelamento das ogivas retiradas de serviço seja em breve superado pelo ritmo em que novas ogivas entram nos estoques globais. Os baixos níveis de transparência dificultam as avaliações sobre a situação dos arsenais nucleares, e os

Estados tornaram-se ainda mais reservados quanto às suas armas nucleares nos últimos anos. Isso se deve, em parte, à deterioração dos acordos de controle de armamentos que incluíam medidas de transparência, como o Tratado sobre Medidas para a Redução e Limitação Adicionais de Armas Ofensivas Estratégicas (*Treaty on Measures for the Further Reduction and Limitation of Strategic Offensive Arms*, o Novo START) de 2010.

Tendências na modernização das armas nucleares

Todos os nove Estados detentores de armas nucleares continuaram a fortalecer seus arsenais nucleares em 2025, e alguns deles implantaram novos sistemas de armas com capacidade nuclear ou dotados de armas nucleares durante o ano. Os EUA e a Rússia possuem, juntos, quase 86% de todas as ogivas nucleares e ambos têm extensos programas de modernização nuclear em andamento. A China também está em meio a uma significativa modernização e expansão de seu arsenal nuclear, que se estima ter aumentado de 600 para até 620 ogivas durante o ano.

INVENTÁRIOS GLOBAIS DE ARMAS NUCLEARES, JANEIRO 2026



Nota: As fronteiras utilizadas neste mapa não implicam qualquer endosso ou aceitação por parte do SIPRI.

ESTOQUES GLOBAIS DE MATERIAIS FÍSSEIS, 2025	
O material explosivo utilizado em armas nucleares é o material fissil, seja urânio altamente enriquecido (UAE) ou plutônio separado. China, França, Paquistão, Rússia, Reino Unido e Estados Unidos produziram tanto UAE quanto plutônio para uso em suas armas nucleares; e Índia e Israel produziram principalmente plutônio. A Coreia do Norte produziu plutônio para uso em armas nucleares, mas acredita-se que também esteja produzindo UAE para armas nucleares.	
Todos os Estados com uma indústria nuclear civil são capazes de produzir materiais fisséis.	
O Painel Internacional sobre Materiais Físseis compila informações sobre os estoques globais de materiais fisséis.	
Estoques globais (toneladas), 2025	
Urânio altamente enriquecido	1 240
Em armas ou disponível para elas	1 100
Não disponível diretamente para armas	
Sem salvaguardas	130
Com salvaguardas/monitorado	10
Plutônio separado	565
Em armas ou disponível para elas	140
Não disponível diretamente para armas	
Sem salvaguardas	265
Com salvaguardas/monitorado	160

A modernização e a implantação adicional de armas nucleares elevam os riscos potenciais relacionados à escalada nuclear. Dois dos desenvolvimentos mais desestabilizadores são o entrelaçamento nuclear-convencional (a crescente sobreposição entre capacidades militares nucleares e não nucleares, ou convencionais, de uso dual, especialmente em mísseis) e a proliferação de veículos de reentrada múltipla independentemente direcionáveis. Nos últimos anos, sistemas de lançamento de armas nucleares baseados em submarinos também vêm se proliferando, especialmente nos quatro Estados detentores de armas nucleares do Indo-Pacífico.

FORÇAS NUCLEARES MUNDIAIS, JANEIRO 2026			
País	Estoque militar ^a		Inventário
	Desdobradas ^b	Total	total ^c
EUA	1 770	3 700	5 042
Rússia	1 796	4 400	5 420
Reino Unido	120	225	225
França	280	290	370
China	34	620	620
Índia	12	190	190
Paquistão	–	170	170
Coreia do Norte	–	60	60
Israel	–	90	90
Total	4 012	9 745	12 187

– = valor nulo ou negligenciável.

Nota: Todas as estimativas são aproximadas. O SIPRI revisa seus dados de forças nucleares mundiais a cada ano com base em novas informações e atualizações de avaliações anteriores. Os países estão ordenados pela data do primeiro teste nuclear conhecido; no entanto, não há evidências conclusivas de fonte aberta de que Israel tenha testado suas armas nucleares.

^a ‘Estoque militar’ refere-se a todas as ogivas desdobradas, assim como as ogivas em armazenamento central (mas não as ogivas retiradas de serviço) que poderiam potencialmente ser desdobradas após alguma preparação.

^b ‘Ogivas desdobradas’ são aquelas colocadas em mísseis ou localizadas em bases com forças operacionais.

^c ‘Inventário total’ inclui as ogivas em estoque, bem como as ogivas retiradas de serviço aguardando desmantelamento.

Doutrinas nucleares e compartilhamento nuclear

Com o contexto estratégico global passando por grandes mudanças nos últimos anos, as doutrinas nucleares dos Estados detentores de armas nucleares também parecem estar mudando para refletir esse novo ambiente, com vários Estados ampliando o papel das armas nucleares em suas estratégias de segurança e reduzindo o limiar para seu possível uso. Houve desenvolvimentos notáveis relacionados ao compartilhamento e à coordenação nuclear em 2025, incluindo um novo acordo de coordenação entre a França e o Reino Unido. ●



9. PROLIFERAÇÃO E USO DE MÍSSEIS E VEÍCULOS AÉREOS NÃO TRIPULADOS ARMADOS

A demanda e a proliferação tanto de sistemas de mísseis convencionais e de capacidade dual quanto de uma ampla variedade de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTs, ou drones) armados estão aumentando. Esses sistemas estão sendo produzidos e exportados a taxas muito mais elevadas do que anteriormente, impulsionados pelos conflitos em curso e por Estados que buscam recompor ou expandir seus arsenais. Os avanços na orientação, propulsão e integração de cargas úteis estão progressivamente tornando os VANTs de ataque de mão única mais semelhantes a mísseis de curto alcance, acrescentando outra camada de complexidade aos esforços para regulamentar tais sistemas.

Uso em conflitos armados

Mísseis e VANTs armados foram utilizados em conflitos armados durante 2025 em uma ampla variedade de funções de ataque. Estas incluíram missões de ataque de precisão de longo alcance contra infraestruturas e alvos estratégicos dos adversários situados no interior de seus territórios; ataques com salvas de saturação destinados a sobrecarregar as defesas aéreas e antimísseis; ataques com enxames de VANTs e ataques com VANTs de visão em primeira pessoa (FPV, na sigla em inglês) como parte de operações no campo de batalha; e operações minuciosamente planejadas utilizando VANTs de ataque lançados de dentro do território de um adversário para atingir alvos estratégicos ou assassinar militares de alta patente.

O rápido ritmo de desenvolvimento dos VANTs armados em todo o espectro desses sistemas, bem como sua acessibilidade e versatilidade, representam uma tendência transformadora que está alterando a natureza da guerra, incluindo as operações de inteligência, vigilância e reconhecimento (IVR). A rápida proliferação dos VANTs e o aumento de seu emprego em conflitos armados impulsionaram uma corrida armamentista paralela em contramedidas.

OPERAÇÃO TEIA DE ARANHA

Utilizando mais de 100 drones de ataque contrabandeados para dentro da Rússia ao longo de vários meses, a Operação Teia de Aranha (*Operation Spider's Web*) foi um ataque coordenado pela Ucrânia contra múltiplas bases aéreas em áreas profundas do território russo em 1.º de junho de 2025. Um total de 41 aeronaves russas teria sofrido danos, incluindo cerca de um terço da frota de bombardeiros com capacidade nuclear da Rússia. O ataque forçou a Rússia a dispersar seus bombardeiros estratégicos e a realizar grandes mudanças em sua logística militar.

Mecanismos regulatórios

Os instrumentos de controle de armamentos e de controle de exportações nessa área já estão ficando para trás, com instrumentos existentes, como o Código de Conduta de Haia contra a Proliferação de Mísseis Balísticos, o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis e o Acordo de Wassenaar sobre Controles de Exportação para Armas Convencionais e Bens e Tecnologias de Uso Dual, abrangendo apenas partes do espectro emergente de ameaças. Não existe um instrumento específico e juridicamente vinculante que regule os VANTs armados, e os recentes fóruns multilaterais têm enfrentado dificuldades para alcançar consenso, especialmente no contexto da guerra entre Rússia e Ucrânia.

Os Estados estão migrando para plataformas mais versáteis, autônomas e integradas com IA, capazes de desempenhar múltiplas funções (por exemplo, ataque, IVR ou operações de enxame), ao mesmo tempo em que investem em conceitos de “muralha contra drones” em camadas e em projetos nacionais de defesa antimísseis (por exemplo, o *Golden Dome* dos EUA) para enfrentar as ameaças em evolução. Muitos tipos de operações com mísseis e VANTs armados realizadas em zonas de conflito violam os princípios da distinção e da proporcionalidade previstos no direito dos conflitos armados vigente, e o avanço em direção a sistemas de VANTs letais plenamente autônomos suscita questões sobre responsabilização e conformidade com o direito internacional humanitário. ●



10. DESARMAMENTO NUCLEAR, CONTROLE DE ARMAS, NÃO PROLIFERAÇÃO E SEGURANÇA

A deterioração da ordem nuclear global continuou em 2025. As relações fracas e a falta de diálogo estratégico entre os principais Estados detentores de armas nucleares continuaram a impedir avanços no desarmamento e no controle de armamentos. No final do ano, havia poucos indícios de que negociações para qualquer estrutura de controle de armamentos envolvendo China, Rússia e Estados Unidos estivessem próximas, em qualquer formato. Isso ocorreu apesar de um descongelamento parcial nas relações entre os dois Estados com os maiores arsenais nucleares (Rússia e EUA) e da aproximação do término do Tratado de 2010 sobre Medidas para a Redução e Limitação Adicionais de Armas Ofensivas Estratégicas (Novo START).

As tensões geopolíticas e os conflitos regionais destacaram o risco do uso de armas nucleares, bem como a possibilidade de liberação descontrolada de materiais radioativos resultante de ataques contra infraestrutura nuclear civil. Embora a gravidade de alguns desses riscos e a importância da redução dos riscos nucleares tenham sido amplamente reconhecidas em fóruns multilaterais, isso não se traduziu em medidas concretas.

Ataques em instalações nucleares no Irã

O regime global de não proliferação sofreu um duro golpe em junho de 2025, quando Israel atacou o Irã, com os EUA posteriormente juntando-se aos ataques israelenses contra instalações nucleares iranianas em uma guerra de 12 dias. Embora apresentados como tendo por objetivo alcançar a meta da não proliferação, os ataques (condenados por vários especialistas em direito e por Estados como uma clara transgressão do direito internacional) minaram esse objetivo ao precipitar o fim do monitoramento contínuo das instalações nucleares iranianas pela Agência Internacional de Energia Atômica. A guerra

80.º ANIVERSÁRIO DE HIROSHIMA E NAGASAKI

A contínua erosão das normas internacionais de desarmamento nuclear, não proliferação e controle de armas lançou uma sombra sobre o 80.º aniversário dos bombardeios de 1945 em Hiroshima e Nagasaki. De acordo com o prefeito de Hiroshima, Kazumi Matsui, essas e outras tendências preocupantes “desrespeitam descaradamente as lições que a comunidade internacional deveria ter aprendido com as tragédias da história”.

demonstrou a vulnerabilidade dos Estados que não possuem armas nucleares à agressão por parte de Estados detentores de armas nucleares e contribuiu para normalizar o uso “preventivo” da força.

Processos multilaterais

A guerra de 12 dias e os repetidos ataques a usinas nucleares ucranianas provavelmente terão impacto sobre a Conferência de Exame de 2026 do Tratado sobre a Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) de 1968. Essas tendências negativas somam-se às preocupações com a possível retomada dos testes nucleares, ao término do Novo START em fevereiro de 2026 e a outras divergências entre os Estados Partes do TNP (principalmente relacionadas à falta de progresso no desarmamento nuclear) que provavelmente colocarão ainda mais pressão sobre as discussões na conferência.

Os Estados Partes do Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares, de 2017, estavam unidos em assumir uma posição firme contra a dissuasão nuclear e em seu compromisso contínuo com o Plano de Ação de Viena previamente acordado. No entanto, até o final de 2025, as perspectivas de gerar um impulso político significativo junto aos Estados detentores de armas nucleares para quaisquer novas medidas de redução de riscos, quanto mais para medidas em direção ao desarmamento, permaneciam altamente improváveis. ●



11. ARMAS QUÍMICAS E AMEAÇAS DE SEGURANÇA

As armas químicas são proibidas pela Convenção sobre Armas Químicas (*Chemical Weapons Convention* – CWC), de 1993, que entrou em vigor em 1997 e contava com 193 Estados Partes em dezembro de 2025. A Organização para a Proibição de Armas Químicas (*Organisation for the Prohibition of Chemical Weapons* – OPCW) supervisiona a implementação da CWC, verifica o desarmamento químico e ajuda a prevenir o reaparecimento de armas químicas. A OPCW concluiu com êxito o desarmamento de todos os estoques de armas químicas declarados em todo o mundo em 2023, e seu foco passou a ser a prevenção do reaparecimento de armas químicas.

Alegações de uso e reações ao uso de armas químicas

Embora a CWC seja um dos tratados de desarmamento mais bem-sucedidos, ela tem enfrentado desafios significativos e preocupações quanto ao cumprimento, principalmente no que diz respeito à Síria e à Rússia. A Síria aderiu à CWC em 2013 e posteriormente declarou um programa de armas químicas que se acreditava ter sido eliminado sob verificação da OPCW até 2016. No entanto, investigações posteriores da OPCW comprovaram que a Síria estava em situação de não conformidade e havia utilizado armas químicas em várias ocasiões desde 2014. Ao longo da última década, os Estados membros da OPCW buscaram levar a Síria a cumprir suas obrigações, sem sucesso. No entanto, a situação na Síria mudou significativamente em 2025, depois que o novo governo se comprometeu a cooperar plenamente com a OPCW para desmantelar o restante do programa sírio de armas químicas. Alegações de uso de armas

ALEGADO USO DE ARMAS QUÍMICAS NO SUDÃO E NA UCRÂNIA

Visitas de assistência técnica da Organização para a Proibição de Armas Químicas em 2025 confirmaram a presença de um agente de controle de distúrbios em locais do campo de batalha na Ucrânia, e vários Estados solicitaram esclarecimento da Rússia em relação a essas descobertas. O procedimento de esclarecimento também foi invocado em 2025 para abordar o alegado uso de armas químicas no Sudão.

químicas no Sudão e na Ucrânia continuam a gerar preocupações.

Controle de armas químicas e desarmamento

A OPCW foi afetada pelo conflito na Ucrânia de várias maneiras, incluindo a polarização persistente nos órgãos de formulação de políticas e a exposição a campanhas contínuas de desinformação. No entanto, a melhora da situação na Síria contribuiu para intercâmbios menos confrontacionais em 2025 e para decisões consensuais sobre questões anteriormente mais controversas, como o orçamento da OPCW. A OPCW também continuou suas atividades rotineiras, incluindo nas áreas de verificação, cooperação e assistência internacionais e monitoramento de desenvolvimentos tecnológicos relevantes para a CWC, notadamente no campo da inteligência artificial. O Centro de Química e Tecnologia da OPCW (*OPCW Centre for Chemistry and Technology*), inaugurado em 2023, desempenhou um papel importante no apoio ao trabalho da OPCW com suas capacidades técnicas e capacidade laboratorial.

Em novembro de 2025, os Estados membros da OPCW nomearam a Embaixadora Sabrina Dallafior, da Suíça, como a próxima diretora-geral da OPCW. Ela assumirá o cargo em julho de 2026. ●



12. ARMAS BIOLÓGICAS E AMEAÇAS À SEGURANÇA SANITÁRIA

As armas biológicas compreendem bactérias, vírus ou toxinas disseminados por meio de um mecanismo de transmissão para causar danos e são proibidas pelo direito internacional. O principal instrumento jurídico banindo a guerra biológica é a Convenção sobre Armas Biológicas e Toxinas (*Biological and Toxin Weapons Convention* – BWC), de 1972. A BWC está avançando rumo à universalidade, com a adesão de Comores e Kiribati à convenção em 2025, elevando para 190 o número de Estados Partes.

O regime mais amplo de guerra biológica inclui o Protocolo de Genebra (*Geneva Protocol*) de 1925, que proíbe o uso de armas químicas e biológicas na guerra, e um conjunto crescente de outras medidas, incluindo regimes de controle de exportações, como o Grupo da Austrália (*Australia Group*), o mecanismo do secretário-geral das Nações Unidas para a investigação de alegações de uso de armas químicas e biológicas e a Resolução 1540 do Conselho de Segurança da ONU. Todas essas medidas mais amplas contribuem para reforçar aspectos da proibição e da prevenção das armas biológicas.

Desarmamento e não proliferação de armas biológicas

Houve dois aniversários significativos na história da proibição de armas biológicas em 2025: o centenário do Protocolo de Genebra de 1925 e o 50º aniversário da entrada em vigor da BWC. Os aniversários reafirmaram a força da norma contra as armas biológicas, ao mesmo tempo em que ressaltaram a dificuldade de traduzir essa norma em uma capacidade institucional eficaz.

As sessões de 2025 do grupo de trabalho sobre o fortalecimento da BWC foram mar-

DINÂMICA DE SEGURANÇA DA SAÚDE GLOBAL

Ameaças de doenças infecciosas, preparação para pandemias e governança internacional da saúde se interseccionaram com questões de transparência, confiança e competição geopolítica em 2025. Os Estados Unidos se retiraram da Organização Mundial da Saúde (OMS); um novo Acordo sobre Pandemias foi adotado pelos Estados-membros da OMS; e um grupo consultivo da OMS concluiu que as investigações sobre as origens da Covid-19 permanecem inconclusivas.

cadadas por uma mudança do debate conceitual para a elaboração de textos concretos, embora impasses processuais no final do ano tenham impedido a adoção formal de um relatório substantivo final. Similarmente, a Reunião dos Estados Partes da BWC de 2025 foi amplamente marcada por um impasse processual e pela incapacidade de alcançar consenso sobre resultados substantivos. No Primeiro Comitê da Assembleia Geral da ONU, os Estados Unidos incentivaram os países a aderir a uma iniciativa de verificação baseada em inteligência artificial (IA), liderada pelos EUA, para reforçar a implementação e o monitoramento da BWC.

Avanços e riscos tecnológicos

Os avanços em IA, biologia sintética e automação de laboratórios estão ampliando a escala, a velocidade e a acessibilidade das ciências da vida, intensificando tanto seu potencial benéfico quanto seu potencial desestabilizador. Esses desenvolvimentos impõem novas demandas aos sistemas de governança que foram, em grande medida, concebidos para uma era tecnológica diferente. O desafio para as estruturas de controle de armamentos e biossegurança reside na adaptação institucional, na implementação e na construção de confiança em ecossistemas científicos cada vez mais complexos. ●



13. CONTROLE DE ARMAS CONVENCIONAIS E A REGULAMENTAÇÃO DE ARMAS DESUMANAS

O principal tratado multilateral para regulamentar armas desumanas é a Convenção sobre Certas Armas Convencionais (Convenção CCW – *Certain Conventional Weapons*) de 1981. Há também convenções separadas sobre minas antipessoal e munições de dispersão. Outras categorias de armas convencionais que suscitam preocupações humanitárias são tratadas por outros processos legais e políticos.

Retiradas das convenções sobre munições de dispersão e minas antipessoal

Um acontecimento fundamental em 2025 foram as retiradas sem precedentes da Convenção sobre Munições de Dispersão (*Convention on Cluster Munitions* – CCM) de 2008 e da Convenção sobre Minas Antipessoal (*Anti-Personnel Mine* – APM) de 1997. A retirada da Lituânia da CCM, que entrou em vigor em 6 de março de 2025, marcou a primeira vez que um Estado se retirou de um tratado de controle de armas humanitário. Pouco depois, cinco Estados europeus (Estônia, Finlândia, Letônia, Lituânia e Polônia) anunciaram sua intenção de se retirar da Convenção APM, citando preocupações de segurança relacionadas à guerra Rússia–Ucrânia. Os avisos de retirada da Estônia, Letônia e Lituânia entraram em vigor em 27 de dezembro de 2025, enquanto o da Polônia entrou em vigor em 10 de janeiro de 2026 e o da Finlândia em 20 de fevereiro de 2026.

Armas explosivas em áreas povoadas

O uso de Armas Explosivas em Áreas Povoadas (*Explosive Weapons In Populated Areas* – EWIPA) continuou amplo em grandes conflitos armados em 2025, com efeitos particularmente devastadores em Gaza, no Sudão e na Ucrânia. Uma declaração política

USO DE ARMAS CONVENCIONAIS DESUMANAS EM 2025

Categoria da arma	Uso por Estado
Minas antipessoal	Camboja ^a ; Irã; Coreia do Norte; Mianmar; Rússia; Ucrânia ^a
Munições de dispersão	Mianmar; Irã ^a ; Rússia; Tailândia ^a ; Ucrânia
Armas Explosivas em Áreas Povoadas	Amplo uso inclusive em grandes conflitos armados em Gaza, no Sudão e na Ucrânia
Armas incendiárias	Rússia; Sudão do Sul, Ucrânia

^a Uso alegado.

de 2022 que busca abordar as consequências humanitárias do uso de EWIPA foi endossada por 90 Estados. A segunda conferência de acompanhamento em 2025 foi concluída com um compromisso coletivo renovado de traduzir promessas políticas em ações militares e humanitárias concretas.

Tensão entre o imperativo humanitário e a necessidade militar

Os esforços para preservar ou fortalecer as conquistas do desarmamento convencional multilateral e do controle de armas, e para disseminar normas que reduzam o custo humano das armas, estão claramente sob pressão. Em geral, muitos Estados estão agora valorizando a busca por vantagem político-militar em detrimento do controle de armas. Em meio à crescente competição estratégica, esses Estados estão cada vez mais indispostos a concordar com restrições de controle de armas e medidas de transparência, na crença de que estas poderiam conceder vantagens aos adversários. As estruturas projetadas para proteger a vida e a dignidade humana estão sob séria pressão em um momento em que civis enfrentam riscos ampliados durante conflitos armados e em um momento em que o direito internacional, de forma mais ampla, está sob ameaça. ●



14. A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E A PAZ E SEGURANÇA INTERNACIONAIS

Os avanços na inteligência artificial (IA) estão prestes a trazer enormes benefícios, mas também podem criar ou agravar ameaças existentes à paz e à segurança internacionais. Nos últimos anos, os Estados têm reconhecido cada vez mais a necessidade de gerenciar esses riscos complexos, decorrentes tanto da IA civil quanto da IA militar, por meio do estabelecimento de novos fóruns e iniciativas. As discussões e os trabalhos relacionados a esses fóruns e iniciativas continuaram em 2025.

IA Militar

Durante a última década, o debate internacional sobre as utilizações militares da IA concentrou-se principalmente nos sistemas de armas autônomos (*autonomous weapon systems* – AWS), geralmente caracterizados como sistemas de armas que, uma vez ativados, podem selecionar e engajar alvos sem intervenção humana. Desde 2023, contudo, o debate se expandiu para outras utilizações militares da IA, como em atividades de seleção de alvos, planejamento e análise de inteligência. Os usos relatados de IA nos principais conflitos armados em 2025, especialmente em Gaza e na Ucrânia, levaram os formuladores de políticas a prestar especial atenção aos chamados sistemas de apoio à decisão habilitados por IA.

As discussões sobre AWS historicamente ocorreram principalmente em Genebra, sob o marco da Convenção de 1981 sobre Certas Armas Convencionais (Convenção CCAC), mas, em 2025, a Assembleia Geral das Nações Unidas iniciou uma via específica de discussões em Nova York. Além disso, o secretário-geral da ONU, António Guterres, publicou seu primeiro relatório sobre IA no domínio militar, e a Assembleia Geral da ONU concordou em realizar, em 2026, intercâmbios informais sobre as implicações da IA militar para a paz e a segurança. O mandato de três anos do grupo de peritos governamentais da Convenção

PRINCIPAIS DOCUMENTOS DE GOVERNANÇA DE IA ADOTADOS EM 2025

Código de Prática para Modelos de IA de Propósito Geral: Adotado pela União Europeia (UE) em julho.

Documentos de estratégia de IA da UE: IA Estratégia Continente de IA (lançada em abril) e a Estratégia de Aplicação da IA (lançada em outubro).

Plano de Ação Global de Governança de IA da China: Anunciado na Conferência Mundial de IA em julho, este roteiro de 13 pontos promove a cooperação internacional em normas de segurança e normas técnicas de IA.

Plano de Ação de IA dos Estados Unidos: Anunciado em julho, o plano delinea prioridades nacionais para a pesquisa federal de IA e parâmetros de referência de segurança específicos por setor para infraestruturas críticas e de saúde.

CCAC se encerra em 2026, e será necessário chegar a um acordo sobre os próximos passos relativos à regulamentação dos AWS, inclusive sobre a possibilidade de os Estados iniciarem negociações formais sobre a estrutura e o conteúdo de um novo instrumento de governança.

IA Civil

Os esforços para compreender as implicações da IA civil para a paz e a segurança também continuaram a evoluir ao longo do ano. Entre os acontecimentos, estiveram um acordo dos Estados-membros da ONU para estabelecer um Painel Científico Internacional Independente sobre IA; a criação de um Diálogo Global sobre Governança da IA, com participação de múltiplas partes interessadas; e a Cúpula de Ação sobre IA, em Paris. Além disso, a União Europeia e vários Estados que lideram o desenvolvimento da IA (incluindo a China e os Estados Unidos) passaram de leis fundamentais ou princípios voluntários sobre IA (elaborados, em sua maioria, em 2023–2024) para a adoção ou promulgação de processos formais e vinculantes de governança, bem como de novas diretrizes e diretrizes detalhadas de conformidade. ●



15. TECNOLOGIAS CIBERNÉTICAS E DIGITAIS: TENDÊNCIAS, INICIDENTES E GOVERNANÇA

O domínio cibernético e seu impacto na geopolítica estão em constante evolução. A divisão entre as atividades cibernéticas de governos nacionais e de atores criminosos continua a se tornar cada vez mais tênue. As operações cibernéticas estão presentes em múltiplos conflitos, juntamente com ações militares cinéticas. As atividades de *ransomware* estão afetando dados públicos e privados, infraestruturas críticas e a política em uma escala sem precedentes. A IA tornou-se a variável definidora na cibersegurança, capacitando adversários a descobrir vulnerabilidades, lançar ataques e evitar a detecção, ao mesmo tempo em que proporciona aos defensores novas capacidades para monitorar redes, identificar anomalias e responder.

Com esse panorama, múltiplos processos diplomáticos em andamento têm como objetivo criar novos instrumentos e estruturas de governança, fortalecer a cooperação regional ou abordar ameaças cibernéticas específicas.

Tendências cibernéticas

Em um período de mudanças tecnológicas aceleradas e volatilidade geopolítica, os avanços nas capacidades cibernéticas em 2025 foram tanto um catalisador para o progresso quanto uma fonte de vulnerabilidade. As operações cibernéticas continuaram a evoluir como um componente integral dos conflitos modernos ao longo do ano. Exemplos notáveis incluíram a Rússia e a Ucrânia conduzindo operações cibernéticas amplas e persistentes; a Índia e o Paquistão integrando abertamente operações cibernéticas a conflitos armados pela primeira vez, quando uma crise militar de gravidade incomum eclodiu em maio de 2025; e o Irã e Israel empregando retaliação digital coordenada durante seu confronto.

Além das zonas de conflito ativo, campanhas sofisticadas de espionagem em 2025 demonstraram como os adversários podem

estar se preparando antecipadamente para possíveis conflitos futuros, ao mesmo tempo em que coletam informações sensíveis. O cibercrime também continuou a evoluir tanto em escala quanto em sofisticação, com *ransomware* e outros ataques explorando cadeias de suprimentos e causando danos econômicos crescentes, paralelamente ao rápido surgimento de operações profissionais de golpes fraudulentos.

Governança cibernética

Também foi um ano decisivo para a governança cibernética global. Um grupo de trabalho de composição aberta das Nações Unidas concluiu seu mandato e estabeleceu um novo Mecanismo Global permanente para o comportamento responsável dos Estados no ciberespaço, embora as persistentes divergências sobre a pertinência do direito internacional nesse campo tenham permanecido sem solução. Houve também um impulso contínuo em iniciativas voltadas às capacidades de intrusão cibernética e ao *ransomware*. Além disso, a Convenção das Nações Unidas contra o Cibercrime foi aberta para assinatura em outubro de 2025, em meio a debates contínuos sobre como equilibrar a segurança com os direitos humanos.

Outra tendência notável em 2025 foi o fato de mais Estados começarem a emitir declarações públicas de atribuição, identificando os supostos responsáveis por ataques cibernéticos. Estados e organizações regionais também estão publicando cada vez mais interpretações sobre como o direito internacional se aplica às suas condutas no ciberespaço com o objetivo de promover um ambiente cibernético mais estável, seguro e previsível. A Colômbia, a Coreia do Sul e a Tailândia publicaram posições nacionais em 2025, elevando para 35 o número de Estados que fizeram isso, juntamente com a União Africana e a União Europeia, que publicaram suas próprias posições. ●



16. GOVERNANÇA DA SEGURANÇA ESPACIAL

Na última década, o número de Estados realizando atividades espaciais para fins econômicos, científicos e militares cresceu consideravelmente, e mais estados adotaram políticas espaciais nacionais e regionais. Embora o espaço exterior tenha sido usado para fins militares desde o alvorecer da era espacial, as atuais tensões geopolíticas e a elevada competição nas atividades espaciais representam ameaças crescentes aos sistemas espaciais. O progressivo interesse em capacidades “contraespaciais” é particularmente preocupante, dada o crescimento paralelo nas atividades espaciais civis e a dependência societária geral dos sistemas espaciais.

O espaço para propósitos militares

Em 2025, vários Estados aceleraram sua busca por novas capacidades espaciais militares. Essa tendência de buscar capacidades espaciais soberanas coincidiu com novas políticas nacionais e regionais da China, dos Estados Unidos e da Europa que priorizam a segurança espacial. As mudanças na política dos EUA incluíram planos para investir em interceptores baseados no espaço, políticas de “combate espacial” (*space warfighting*) e medidas para “garantir a superioridade espacial americana”. O espaço exterior também teve destaque no livro branco da China sobre controle de armas, desarmamento e não proliferação, publicado em 2025. França, Alemanha e Reino Unido introduziram novas estratégias nacionais que incluíram investimentos planejados em capacidades contraespaciais, enquanto a União Europeia propôs uma nova legislação (um projeto de *EU Space Act*) destinada a garantir acesso independente ao espaço e expandir a indústria europeia. Esse desenvolvimento de capacidades espaciais europeias independentes está sendo impulsionado pela crescente incerteza nas relações transatlânticas e pelas ameaças percebidas provenientes da Rússia.

O DOMO DOURADO DOS EUA

Em 2025, os Estados Unidos apresentaram planos para um novo sistema de defesa antimísseis em camadas, incluindo uma camada de interceptadores baseados no espaço, conhecido como *Golden Dome* (Domo Dourado). As estimativas de custo total divulgadas em 2025 variaram de US\$ 175 bilhões pela Casa Branca até projeções independentes ultrapassando os US\$ 500 bilhões. A iniciativa precisará superar barreiras técnicas formidáveis, com preocupações de que é improvável que seja uma defesa confiável contra mísseis em aproximação, mas pode minar a estabilidade estratégica e desencadear uma nova corrida armamentista espacial.

Discussões multilaterais

Embora as discussões multilaterais sobre a governança espacial estejam em andamento há décadas, o progresso tem sido lento. Nas negociações sobre segurança espacial nas Nações Unidas, o progresso estagnou em 2025. Em abril, a primeira sessão do grupo de trabalho de composição aberta das Nações Unidas sobre a prevenção de uma corrida armamentista no espaço exterior (*Prevention of an Arms Race in Outer Space* – PAROS), em todos os seus aspectos, deparou-se com debates processuais, embora a segunda sessão, em julho, tenha avançado para discussões substantivas. As tensões no Primeiro Comitê da Assembleia Geral da ONU se agravaram, com os EUA e Israel se opondo a resoluções fundamentais da ONU sobre o espaço, particularmente à resolução anual adotada sobre PAROS.

Entretanto, existem oportunidades para minimizar os riscos no espaço exterior por meio do diálogo entre vários atores importantes, incluindo a China e os Estados europeus. A China sinalizou disposição para se engajar na governança multilateral da segurança espacial por meio de seu livro branco de 2025, e existem vários caminhos para que a Europa, a China e outros Estados desenvolvam entendimentos compartilhados sobre terminologias e conceitos específicos relacionados à segurança espacial. Esses esforços poderiam ajudar a reduzir os riscos de percepção equivocada, mal-entendidos e erros de cálculo no domínio espacial. ●



17. CONTROLE DE BENS DE USO DUAL E DO COMÉRCIO DE ARMAS

O conjunto de instrumentos globais, multilaterais e regionais que buscam estabelecer e promover padrões acordadas para os controles sobre o comércio de itens militares e itens de uso dual permaneceu sob significativa pressão durante 2025 devido às tensões geopolíticas, aos conflitos armados novos e em curso e aos rápidos avanços em áreas tecnológicas essenciais. Os Estados estão cada vez mais agindo unilateralmente ou operando por meio de estruturas alternativas ao criar novos controles sobre transferências de itens ou ao restringir transferências para determinados destinos. No entanto, não houve esforços significativos para dismantelar os instrumentos existentes, indicando que muitos Estados continuam a atribuir valor a eles.

O Tratado sobre o Comércio de Armas

O número de Estados Partes do Tratado sobre o Comércio de Armas (*Arms Trade Treaty* – ATT), de 2013, continua a aumentar lentamente, mas importantes fornecedores e destinatários de armas ainda não aderiram. Além disso, permanecem lacunas significativas no número de relatórios iniciais e relatórios anuais apresentados pelos Estados. Durante 2025, o ATT continuou a ser um fórum para discussões difíceis sobre as exportações de armas mais controversas, incluindo transferências de armas para Israel e aquelas que chegam às partes envolvidas no conflito no Sudão. Os Estados também exploraram formas de revitalizar o processo do ATT e concordaram com um mandato para elaborar, até 2027, uma estratégia de cinco anos para o tratado.

Embargos multilaterais de armas

Durante 2025, havia 14 embargos das Nações Unidas e 22 embargos da União Europeia

EMBARGOS DE ARMAS DA ONU E UE EM VIGOR, 2025

Nações Unidas (14 embargos)

• Afeganistão (FNG: Talibã) • Coreia do Norte • EIIL (Da'esh), al-Qaeda, indivíduos e entidades associados (FNG) • Haiti (FNG) • Iêmen (FNG) • Irã • Iraque (FNG) • Líbano (FNG) • Líbia (parcial; FNG) • República Centro-Africana (parcial; FNG) • República Democrática do Congo (FNG) • Somália (FNG: al-Shabab) • Sudão (parcial; Darfur) • Sudão do Sul (parcial; FNG)

União Europeia (22 embargos)

Implementações de embargos da ONU (11):
• Afeganistão (FNG: Talibã) • Coreia do Norte • EIIL (Da'esh), al-Qaeda, indivíduos e entidades associados (FNG) • Haiti (FNG) • Iêmen (FNG) • Iraque (FNG) • Líbano (FNG) • Líbia (parcial; FNG) • República Centro-Africana (parcial; FNG) • República Democrática do Congo (parcial; FNG) • Somália (FNG: al-Shabab)

Embargos de armas da UE com cobertura mais ampla que os seus homólogos da ONU (3):

• Irã • Sudão • Sudão do Sul

Embargos sem homólogo na ONU (8):

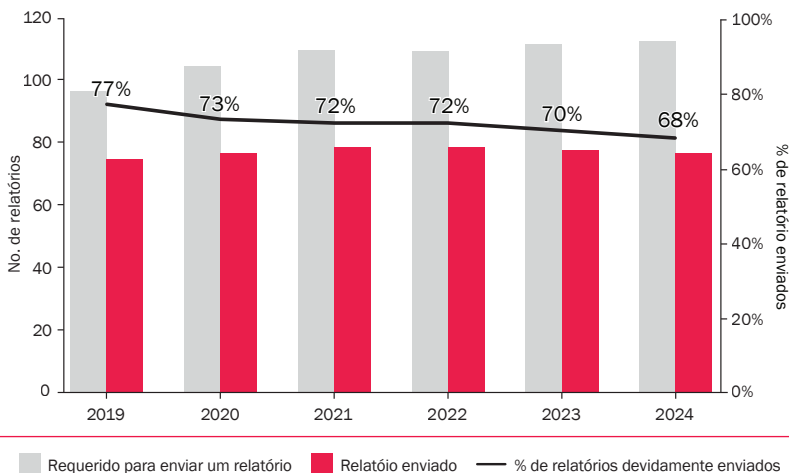
• Belarus • China • Egito • Mianmar • Rússia • Síria • Venezuela • Zimbábue

EIIL = Estado Islâmico do Iraque e do Levante; FNG = forças não governamentais; parcial = o embargo permite transferências de armas para o governo do Estado sob certas condições.

(UE) em vigor. Nenhum novo embargo multilateral de armas foi imposto, mas o embargo de armas da ONU contra o Irã, que estava suspenso desde 2023, foi reimposto. A disposição de determinados Estados em contornar os embargos de armas da ONU continuou a prejudicar sua eficácia durante 2025. Por exemplo, havia evidências claras de transferências de armas para destinos sob embargo na Líbia e no Iêmen, bem como de exportações proibidas da Coreia do Norte para a Rússia. A UE ampliou seus embargos de armas contra a



NÚMERO DE ESTADOS PARTES DO TRATADO SOBRE O COMÉRCIO DE ARMAS QUE APRESENTAM RELATÓRIOS ANUAIS, 2019-24



Rússia e Belarus e buscou fechar canais de evasão dessas medidas. No entanto, os esforços para alinhar os embargos de armas dos Estados ocidentais contra a Rússia tornaram-se menos coordenados durante 2025 devido a uma mudança na política dos EUA.

Regimes de controle de exportação

As repercussões da guerra entre a Rússia e a Ucrânia continuaram a afetar o trabalho dos regimes multilaterais de controle de exportações, o Grupo da Austrália (sobre armas químicas e biológicas), o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis, o Grupo de Fornecedores Nucleares e o Acordo de Wassenaar (*Wassenaar Arrangement* – WA) sobre Controles de Exportação para Armas Convencionais e Bens e Tecnologias de Uso Dual. Apesar desses desafios, os regimes ainda foram capazes de realizar atualizações incrementais nas listas de controle e avançar nas discussões técnicas. A incapacidade do WA de alcançar consenso sobre várias inclusões nas listas de controle devido a um veto russo levou um número crescente de Estados e a UE a adotar

controles sobre itens que haviam sido propostos e discutidos no âmbito do WA.

EU controls

Durante 2025, a UE tomou medidas para reforçar seu marco jurídico comum para os controles sobre a exportação, a intermediação, o trânsito e o transbordo de itens militares e itens de uso dual. A UE concluiu uma revisão da Posição Comum da UE sobre exportações de armas e adotou emendas que reforçaram a linguagem da Posição Comum sobre a avaliação de riscos e que tinham como objetivo facilitar a produção conjunta de equipamentos militares na UE e as transferências de armas para a Ucrânia. Além disso, a Comissão Europeia buscou alterar o sistema que regulamenta as transferências intra-UE de equipamentos militares, também com o objetivo de facilitar a produção conjunta. No entanto, algumas dessas propostas encontraram resistência por parte de Estados-membros da UE preocupados com a possibilidade de perder a supervisão nacional sobre suas políticas de controle de exportações. ●

**Acordos de controle de armas e
desarmamento em vigor,
1º de janeiro de 2026**

- 1925 Protocolo para a Proibição do Uso na Guerra de Gases Asfixiantes, Tóxicos ou Similares e de Métodos Bacteriológicos de Guerra (Protocolo de Genebra de 1925)
- 1948 Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio (Convenção sobre o Genocídio)
- 1949 Convenção de Genebra (IV) Relativa à Proteção das Pessoas Cíveis em Tempos de Guerra; e Protocolos I e II de 1977 Relativos à Proteção das Vítimas de Conflitos Armados Internacionais e Não Internacionais
- 1959 Tratado Antártico
- 1963 Tratado de Proibição de Testes de Armas Nucleares na Atmosfera, no Espaço Cósmico e Sob a Água (o Tratado de Proibição Parcial de Testes Nucleares, *Partial Test-Ban Treaty*, PTBT)
- 1967 Tratado sobre Princípios Regendo as Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Exterior, Incluindo a Lua e Outros Corpos Celestes (Tratado do Espaço Exterior)
- 1967 Tratado para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe (Tratado de Tlatelolco)
- 1968 Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (o Tratado de Não-Proliferação, *Non-Proliferation Treaty* – TNP)
- 1971 Tratado sobre a Proibição da Colocação de Armas Nucleares e Outras Armas de Destruição em Massa no Leito do Mar e no Fundo do Oceano e em seu Subsolo (Tratado do Leito do Mar)
- 1972 Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção e Estocagem de Armas Bacteriológicas (Biológicas) e à Base de Toxinas e sua Destruição (a Convenção sobre Armas Biológicas e à Base de Toxinas, *Biological and Toxin Weapons Convention* – BWC)
- 1974 Tratado sobre a Limitação de Testes Subterâneos de Armas Nucleares (o Tratado do Limiar de Testes, *Threshold Test-Ban Treaty* – TTBT)
- 1976 Tratado sobre Explosões Nucleares Subterâneas para Fins Pacíficos (o Tratado de Explosões Nucleares Pacíficas, *Peaceful Nuclear Explosions Treaty* – PNET)
- 1977 Convenção sobre a Proibição do Uso Militar ou Hostil de Técnicas de Modificação Ambiental (Convenção ENMOD)
- 1980 Convenção sobre a Proteção Física do Material Nuclear e das Instalações Nucleares
- 1981 Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais que podem ser Consideradas como Excessivamente Lesivas ou Geradoras de Efeitos Indiscriminados (a Convenção sobre Certas Armas Convencionais, *Certain Conventional Weapons* – CCW Convention)
- 1985 Tratado sobre a Zona Livre de Armas Nucleares do Pacífico Sul (Tratado de Rarotonga)
- 1990 Tratado sobre Forças Armadas Convencionais na Europa (Tratado CFE – *Conventional Armed Forces in Europe*)
- 1992 Tratado sobre Céus Abertos
- 1993 Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Estocagem e Uso de Armas Químicas e sobre a sua Destruição (a Convenção sobre Armas Químicas, *Chemical Weapons Convention* – CAQ)
- 1995 Tratado sobre a Zona Livre de Armas Nucleares do Sudeste Asiático (Tratado de Banco)
- 1996 Tratado sobre a Zona Livre de Armas Nucleares na África (Tratado de Pelindaba)
- 1996 Acordo sobre Controle de Armas Sub-Regional (Acordo de Florença)
- 1997 Convenção Interamericana Contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Correlatos (a Convenção de Tráfico Ilícito de Armas de Fogo nas Américas, *Convention of Illicit Firearms Trafficking in the Americas* – CIFTA)
- 1997 Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre a sua Destruição (a Convenção sobre Minas Antipessoal, *Anti-Personnel* – APM Convention)
- 1999 Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais
- 2001 Protocolo sobre o Controle de Armas de Fogo, Munições e Outros Materiais Correlatos na Região da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (CDA)



- 2004 Protocolo de Nairóbi para a Prevenção, Controle e Redução de Armas Leves e de Pequeno Porte na Região dos Grandes Lagos e no Chifre da África (Protocolo de Nairóbi)
- 2006 Convenção da CEDEAO sobre Armas Leves e de Pequeno Porte, suas Munições e Outros Materiais Correlatos (Convenção da CEDEAO, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental)
- 2006 Tratado sobre uma Zona Livre de Armas Nucleares na Ásia Central (Tratado de Semipalatinsk)
- 2008 Convenção sobre Munições de Dispersão
- 2010 Tratado sobre Medidas para a Ulterior Redução e Limitação das Armas Estratégicas Ofensivas (Novo START)
- 2010 Convenção da África Central para o Controle de Armas Leves e de Pequeno Porte, suas Munições e de Todas as Partes e Componentes que Possam Ser Utilizados para a sua Fabricação, Reparação e Montagem (Convenção de Kinshasa)
- 2011 Documento de Viena 2011 sobre Medidas de Fortalecimento da Confiança e da Segurança
- 2013 Tratado sobre o Comércio de Armas (*Arms Trade Treaty* – ATT)
- 2017 Tratado sobre a Proibição de Armas Nucleares (*Treaty on the Prohibition of Nuclear Weapons* – TPNW)

**Acordos ainda não em vigor,
1 de janeiro de 2026**

- 1996 Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (*Comprehensive Nuclear-Test-Ban Treaty* – CTBT)
- 1999 Acordo sobre a Adaptação do Tratado CFE

Órgãos de cooperação de segurança

Os acontecimentos em 2025 incluíram os seguintes: as Maldivas aderiram à Agência Internacional de Energia Atômica; a Indonésia e Arábia Saudita aderiram à organização intergovernamental BRICS; Armênia, Síria e Uzbequistão aderiram à Coalizão Global contra o Daesh; um número recorde de sete países-membros permaneceu suspenso da participação na União Africana como resultado de golpes militares; o Timor-Leste aderiu à Associação das Nações do Sudeste Asiático; Burkina Faso, Mali e Níger retiraram-se da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental; e a Nigéria aderiu à Iniciativa de Segurança contra a Proliferação. ●

**CRONOLOGIA DE 2025,
EVENTOS SELECIONADOS**

- 20 Jan. Os EUA iniciam a retirada da Organização Mundial da Saúde (OMS).
- 18 Fev. Rússia e EUA concordam em normalizar certas relações diplomáticas.
- 18 Mar. Israel lança ataques generalizados em Gaza, encerrado o cessar-fogo acordado em Jan.
- 11–14 Abr. Mais de 1500 civis são mortos em ataques no maior campo de deslocados internos do Sudão.
- 7–10 Mai. Índia e Paquistão trocam fogo intenso através das suas fronteiras.
- 13–24 Jun. A Guerra de 12 dias entre Irã e Israel inclui ataques dos EUA em 3 instalações nucleares iranianas em 22 de junho.
- 24–28 Jul. O conflito armado entre o Camboja e a Tailândia é encerrado por um cessar-fogo em 29 de julho.
- 22 Ago. A fome é oficialmente confirmada na Cidade de Gaza pela primeira vez.
- 2 Set. Os EUA realizam o primeiro de uma série de ataques letais contra pequenas embarcações civis em águas venezuelanas ou próximas a elas.
- 10 Out. Um cessar-fogo é acordado na guerra de Gaza como parte de um plano de paz apoiado pelos EUA, mas numerosos ataques continuam.
- 22–23 Nov. A primeira cúpula intergovernamental do Grupo dos 20 (G20) na África enfatiza prioridades africanas, incluindo uma nova estrutura para minerais críticos.
- 1 Dez. Há concordância sobre o primeiro texto formal da ONU sobre o perigo da inteligência artificial nos sistemas de comando e controle nuclear e de comunicações



BASES DE DADOS DO SIPRI

Banco de Dados de Gastos Militares do SIPRI

Fornece os gastos militares anuais dos países desde 1949, permitindo a comparação dos gastos militares dos países em moeda local a preços correntes; em dólares dos EUA a preços correntes; em dólares dos EUA a preços e taxas de câmbio constantes; e como uma proporção do produto interno bruto.

Banco de Dados da Indústria de Armas do SIPRI

Contém dados anuais sobre as receitas totais e receitas das vendas de armas e serviços militares desde 2002 para as 100 empresas com as maiores receitas de armas no mundo. Os dados para as empresas chinesas estão incluídos para os anos a partir de 2015.

Banco de Dados de Transferências de Armas do SIPRI

Apresenta todas as transferências internacionais das principais armas convencionais desde 1950. É a fonte de informações publicamente disponível mais abrangente sobre as transferências internacionais de armamentos.

Banco de Dados de Embargos de Armas do SIPRI

Fornece informações sobre todos os embargos de armas que foram implementados por uma organização internacional, como a União Europeia ou as Nações Unidas, ou por um grupo de nações. Todos os embargos que estão em vigor ou que estiveram em vigor desde 1998 estão incluídos.

Banco de Dados de Relatórios Nacionais do SIPRI

Fornece *links* para todos os relatórios nacionais publicamente acessíveis sobre exportações de armas e é constantemente atualizado para incluir *links* para relatórios nacionais recém-publicados sobre exportações de armas.

Banco de Dados de Operações Multilaterais de Paz do SIPRI

Oferece informações sobre todas as operações de paz da ONU e não pertencentes à ONU realizadas desde 2000, incluindo localizações, datas de implantação e operação, mandatos, países participantes, número de pessoal, orçamentos e fatalidades

As bases de dados do SIPRI podem ser acessadas no *website* do SIPRI. ●

COMO PEDIR O SIPRI YEARBOOK 2026

SIPRI Yearbook 2026: Armaments, Disarmament and International Security

Publicado impresso e *online* pela Oxford University Press

ISBN 978-0-19-792320-7

Mais informações estão disponíveis em **www.sipriyearbook.org**



STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE

Signalistgatan 9
SE-169 72 Solna, Sweden
Telephone: +46 8 655 97 00
Email: sipri@sipri.org
Internet: www.sipri.org

Bruno Martini é atualmente um pesquisador do Programa de Segurança Espacial (*Space Security Programme*) do Instituto das Nações Unidas para Pesquisa sobre o Desarmamento (*United Nations Institute for Disarmament Research* – UNIDIR). Esta tradução foi realizada quando ele ainda atuava como Pesquisador do Laboratório de Simulações e Cenários (LSC) da Universidade da Força Aérea (UNIFA) e *Fellow* da *United States Space Force* (USSF), *Space Delta 13*.



SIPRI YEARBOOK 2026

Armaments, Disarmament and International Security

O *Anuário do SIPRI* é uma fonte independente e de referência de dados e análises nas áreas de segurança e conflito; gastos militares e armamentos; e não proliferação, controle de armas e desarmamento.

Este livreto resume a 57ª edição do *SIPRI Yearbook*, que cobre os desenvolvimentos durante 2025, incluindo:

- *Conflito armado e gestão de conflitos*, com uma visão geral dos desenvolvimentos globais e regionais em conflitos armados, processos de paz e operações de paz
- *Gastos militares, transferências internacionais de armas e desenvolvimentos na produção de armas*, documentando, em particular, as consequências de um desmantelamento significativo da segurança global
- *A proliferação de mísseis e veículos aéreos não tripulados*, com um foco na ampliação do seu uso em conflitos armados
- *Forças nucleares mundiais*, destacando as tendências em modernização nuclear nos nove Estados nuclearmente armados
- *Controle de armas nucleares*, cobrindo diálogos entre China, Rússia e Estados Unidos e em fóruns multilaterais, bem como uma série de grandes ataques militares contra a infraestrutura nuclear e militar do Irã durante a guerra de 12 dias
- *Ameaças à segurança química e biológica*, incluindo a investigação de alegações do uso de armas químicas e desenvolvimentos nos instrumentos jurídicos internacionais contra a guerra química e biológica
- *Controle de armas convencionais e a regulamentação de armas desumanas*, cobrindo munições *cluster*, armas explosivas em áreas povoadas, minas terrestres e armas leves e de pequeno porte
- *Governança internacional da inteligência artificial, ciberespaço e segurança espacial*, com foco em sistemas de armas autônomos
- *Controles do comércio de armas e de uso dual*, revisando desenvolvimentos no Tratado sobre o Comércio de Armas, dos embargos multilaterais de armas e regimes de controle de exportação, assim como a estrutura jurídica da União Europeia para tais controles

Ele também contém anexos atualizados que listam acordos de controle de armas e desarmamento, órgãos de cooperação em segurança internacional e eventos importantes em 2025.